



Lexicografia pedagógica da língua portuguesa e Dialetoologia: tecendo redes de conhecimento

Lexicography of the Portuguese language and Dialectology: weaving networks of knowledge

Marcela Moura Torres Paim*

Isamar Neiva**

RESUMO: Este artigo busca fazer uma reflexão sobre a importância da relação da Lexicografia com a Dialetoologia na utilização de dicionários escolares. Foram analisados dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil frente aos registros de um conjunto de dicionários escolares para verificar se neles estariam contempladas as lexias enraizadas em diferentes áreas e vivas no vocabulário de seus falantes. Com base na observação desses dicionários, chegou-se à conclusão de que nem sempre eles completam, com informações dialetais, as lacunas deixadas pelos verbetes no que se refere a dados da língua oral, revelando-se falta de integração com dados coletados em pesquisas geolinguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia. Língua portuguesa. Dialetoologia.

ABSTRACT: In this paper, we aim to discuss the relation between Lexicography and Dialectology in the use of school dictionaries for Brazilian Portuguese language learners. We analyze linguistic data collected from both the Brazilian Linguistic Atlas Project (ALiB) and school dictionary entries so as to verify whether the gathered data in ALiB Project were considered in those lexicographic works. Based on the observation of these dictionaries, we deduce that the analyzed ones do not include enough dialectal information and they miss oral language data, which reveals that there is a lack of integration with data collected in geolinguistic surveys.

KEYWORDS: Lexicography. Portuguese language. Dialectology.

1. Introdução

Todos os profissionais da área de Letras reconhecem a importância da produção de obras lexicográficas pedagógicas, com destaque para os dicionários escolares. Esses dicionários visam à viabilização das buscas, apresentando as informações sobre o uso

* Doutora em Letras, (UFBA), marcelamtpaim@yahoo.com.br

** Doutora em Letras, (UFBA), isa.neiva.lettras@gmail.com

lexical de um modo, que seja, em tese, o mais claro e acessível para o seu consulente. Diminuiriam, assim, por sua natureza “escolar”, a chance de incompreensão.

Sob a perspectiva do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mais especificamente o *PNLD-Dicionários*, atribui-se a classificação taxonômica ‘dicionários escolares’ às obras lexicográficas destinadas a falantes de língua materna, conforme o nível de escolaridade dos estudantes aos quais se dirigem, com vistas ao aprimoramento do ensino-aprendizagem de língua portuguesa.

A importância da inclusão de informações geolinguísticas em dicionários está relacionada ao fato de que uma obra desse teor em muito auxiliará para a preservação do farto material que foi rigorosa e pacientemente coletado, analisado e mapeado por atlas linguísticos, a exemplo do *Atlas Linguístico do Brasil*, publicado em 2014. Essa importante obra tem como um dos seus intuitos proporcionar dados para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil para os diferentes estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.).

Assim, aproveitando tais obras, espera-se que os lexicógrafos possam aprimorar os dicionários, ampliando o campo de informações, tecendo reflexões acerca das formas alternantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil. Em consequência, o reconhecimento da diversidade linguística, sem estigmatizar seus dialetos de origem, pode ajudar a levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

No sentido de verificar a existência de um diálogo entre a Dialetologia e a Lexicografia pedagógica, este artigo examina dicionários escolares, do Tipo 4, aprovados pelo *PNLD-2012: Dicionários* – Bechara (2011), Borba (2011), Aulete (2011) e Houaiss (2011). Neles, busca-se pelo registro de informações dialetais e mostra-se a fundamental importância de dados geolinguísticos. Ao final do exame, evidencia-se que a inclusão desses dados nem sempre é realizada de forma satisfatória. Se o fossem,

permitir-se-ia que professores e alunos tivessem acesso a dados orais reais e mais popularizados.

2. Reflexões sobre a Lexicografia Pedagógica

Em *Dicionários na teoria e na prática*, na seção intitulada *A Lexicografia deve ser vista como técnica ou como ciência?*, há um debate entre os pesquisadores Seabra e Welker. Segundo Welker, as atividades da lexicografia resultam produtos diferentes e, portanto, os tipos de Lexicografia – a Lexicografia prática ou “arte de compor dicionários” e a Lexicografia teórica ou metalexiconografia – e o estatuto de técnica ou de ciência seriam também distintos, de modo que a primeira seria apenas uma técnica enquanto a segunda – a metalexiconografia – poderia ser considerada, de fato, ciência.

Inversamente, Seabra (2011, p.30) admite a complementaridade de ambas as vertentes, de modo que a lexicografia pode ser entendida como “uma disciplina linguística de caráter científico que contempla os aspectos teóricos e práticos da elaboração de um dicionário” que se insere, portanto, no “domínio da linguística aplicada”.

Admitimos, pois, que a visão da autora acerca do trabalho lexicográfico é mais clara e condizente ao que tem sido feito no Brasil, sobretudo pelo entendimento de que o léxico “encontra-se arraigado à história, tradição e costumes de um povo, estando, por isso, em constante processo de expansão, alteração e contração” (SEABRA, 2006, p. 7). Ocorre que, infelizmente, no que tange à língua portuguesa, é recente e ainda incipiente o desenvolvimento da lexicografia baseada em *corpus* e da lexicografia de aprendizagem, considerando-se Portugal e no Brasil.

Isquierdo (2011), num percurso histórico acerca dos estudos lexicográficos no Brasil, apresenta quatro sincronias relacionadas à história social do país: a) séculos XVI, XVII e XVIII, em que se destacam os dicionários jesuítas, em que há registro do universo vocabular da época, e os relatos de viagens, nos quais se evidenciam a

impressão do colonizador, a descrição da fauna e da flora e a contribuição para identificação dos “nomes dos Brasil” ou “coisas do Brasil”; b) século XIX, em que se destacam a inserção de brasileirismos aos dicionários gerais e a produção de dicionários de brasileirismos, motivadas

por espírito nacionalista surgem produções lexicográficas sobre brasileirismos que tinham a pretensão de registrar e fixar a norma brasileira, obras que ora tinham como propósito descrever a norma nacional (brasilismos) em oposição à europeia, ora buscavam registrar vocabulários regionais. (ISQUERDO, 2011, p. 122)

c) século XX, momento de

transição entre a produção lexicográfica centrada na questão dos brasileirismos, na língua brasileira, e uma lexicografia voltada para a língua portuguesa do Brasil, obras com ampla nomenclatura que buscam dar guarida o melhor possível do léxico do português brasileiro, com caráter mais autônomo, já que a produção do século anterior, em sua maioria, tinha como propósito complementar as obras produzidas além-mar. (ISQUERDO, 2011, p. 127-128)

d) século XXI, em que se apresentam tendências da Lexicografia contemporânea, como o lançamento de dicionários gerais da língua de grande porte e de versões eletrônicas e *on-line* de dicionários gerais da língua e a produção de dicionário com nomenclatura extraída de *corpora* textuais.

Muito embora se perceba certo aprimoramento na produção dos dicionários brasileiros no tocante ao método e aplicação de tecnologias, ao conteúdo com base em *corpora*, à proposta e ao viés lexicográfico – elementos cruciais de uma obra lexicográfica, sobretudo para fins pedagógicos –, as obras ainda apresentam muitas deficiências estruturais. Deficiências sobretudo no que tange à variação linguística, além de serem redundantes, pouco adequados para a consulta, sobretudo no tocante à definição apresentada.

Com base em uma proposta taxonômica elaborada por Miranda (2014), pode-se estabelecer uma categorização dos ramos da Lexicografia quanto ao objeto e ao objetivo que adotam: i) a Lexicografia Pedagógica – que objetiva a elaboração de dicionários direcionados ao ensino de língua materna ou estrangeira; ii) a Lexicografia Computacional – que visa à elaboração de dicionários eletrônicos ; a Lexicografia Aplicada – cujo objeto de estudo são as crenças, dificuldades e estratégias sobre o uso do dicionário; a Lexicografia Regional – para o estudo dos regionalismos léxicos. O diálogo entre as vertentes é possível e relevante.

Com vistas ao cerne deste trabalho, os comentários aqui restringem-se à primeira categoria – Lexicografia pedagógica –, a qual, segundo Teixeira (2015, p. 30), surgiu, no Brasil, no contexto de escolarização dos dicionários. Nesse contexto, eles desempenham um papel pedagógico por funcionarem como auxiliares do aluno no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, contribuindo, dessa forma, para a alfabetização.

Conforme Teixeira (2015, p. 33), a lexicografia pedagógica é uma área de estudo de ordem prática e (ou) teórica, que engloba a produção, a avaliação e a investigação dos dicionários escolares. Para tanto, se constitui de várias interfaces que abarcam, inclusive, a questão da formação de professores para o reconhecimento pedagógico e a utilização do dicionário como instrumento para o ensino-aprendizagem de línguas.

As discussões sobre a Lexicografia Pedagógica direcionam o ambiente da produção lexicográfica para uma série de pesquisas que podem focalizar a obtenção de subsídios que auxiliem a elaborar obras cada vez mais adequadas ao ensino/aprendizagem do léxico. Nesse sentido, os atlas linguísticos podem contribuir com o fornecimento de dados geolinguísticos enraizados em diferentes áreas e vivos no vocabulário ativo de seus falantes.

Ao explicitar as diferenças e similaridades que se registram no território brasileiro, os atlas linguísticos têm permitido o conhecimento da realidade espacial

da língua portuguesa e relacionado áreas dialetais às áreas socioculturais, oferecendo, por conseguinte, um conjunto de dados linguísticos que podem contribuir para o aprimoramento do ensino-aprendizagem do português.

Projeto de cunho nacional, cujo objetivo é o mapeamento do território brasileiro no que concerne aos fenômenos linguísticos, o Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) foi iniciado em 1996. Entretanto, o sonho e anseio de muitos pesquisadores de construção de um atlas linguístico brasileiro já emergira em momento anterior. A primeira manifestação em prol de sua elaboração remonta ao ano de 1952, mais especificamente, ao §3º do Decreto nº 30.643:

A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, **sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil** (grifo nosso).

Razões de variada ordem impediram a realização desse desejo dos linguistas brasileiros, nada obstante a determinação governamental. Passados cerca de cinquenta anos, pelo relevante papel assumido pela Geografia Linguística nos estudos linguísticos, a ideia foi retomada, com vistas a salvaguardar dados e fatos que poderão esclarecer aspectos da história linguística do país, através da descrição o português brasileiro. As bases para a elaboração do ALiB se lançam, então, no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*.

O *Atlas Linguístico do Brasil* contribui, pois, para uma mais acurada compreensão do caráter multidialetal brasileiro e para o ensino da língua majoritária no país de forma e subsidiar o aprimoramento do ensino-aprendizagem e a viabilizar o trabalho dos pedagogos e pesquisadores de língua portuguesa e de áreas afins – antropologia, sociologia, história, entre outras.

A relação do Projeto ALiB com a educação é bastante expressiva. Os resultados da descrição e da caracterização das peculiaridades e da variedade de uso da língua em cada área geolinguística poderão, pois, propiciar uma adequada utilização do conhecimento da realidade regional em meio a práticas de ensino-aprendizagem. Assim, esses documentos tendem a possibilitar a atualização de dicionários da língua portuguesa e a construção de uma gramática pautada no português brasileiro.

Sobre a discussão da configuração dos regionalismos, versa Isquierdo (2006, p. 14) que

no âmbito de uma língua implica considerar a noção de norma regional e popular, já que esses fatos linguísticos situam-se na esfera da variação lexical de natureza diatópica, ou seja, a variação que se processa no eixo horizontal ou espacial. (ISQUERDO, 2006, p. 14)

A inclusão desses usos em dicionários gerais brasileiros, porém, nem sempre, é feita de maneira satisfatória. Isso será mostrado na análise de dicionários escolares selecionados para pesquisa.

3. O Projeto Atlas Linguístico do Brasil e o registro lexicográfico

Integram o Projeto ALiB um conjunto de 14 (quatorze) instituições brasileiras, articuladas mediante convênio que entre si firmaram a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Ceará, a Fundação Universidade do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Ceará, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal do Piauí, a Universidade Federal de Santa Catarina.

A coordenação do Projeto ALiB está sob a responsabilidade de um Comitê Nacional, constituído de 13 (treze) membros assim estruturado: Diretora Presidente – Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia), Diretora Executiva – Silvana Soares Costa Ribeiro (Universidade Federal da Bahia), Diretores Científicos: Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará); Aparecida Negri Isquerdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); Conceição Maria de Araújo (Universidade Federal do Maranhão); Fabiane Cristina Altino (Universidade Estadual de Londrina); Felício Wessling Margotti (Universidade Federal de Santa Catarina); Marcela Moura Torres Paim (Universidade Federal da Bahia); Maria do Socorro Silva de Aragão (Universidade Federal da Paraíba/Federal do Ceará); Marilúcia Barros de Oliveira (Universidade Federal do Pará); Regiane Coelho Pereira Reis (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); Valter Romano (Universidade Federal de Lavras) e Vanderci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina).

O caráter pluridimensional, que caracteriza o conjunto das suas cartas linguísticas, permite a visualização, de forma muito explícita, das implicações língua e fatores sociais, revelando os multifacetados usos dos seus utentes.

Os primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil* já publicados se caracterizam como essenciais para o entendimento e reconhecimento da variação linguística, de forma a diminuir discriminações e preconceitos sociais, por mostrar como diferenças e convergências coexistem e por ressaltar, por outro viés, a validade de um padrão culto necessário, como opção a grupos de falantes, à comunicação oficial, de que a ministração de aulas e o discurso formal são exemplos.

Ademais, por indicar os caminhos trilhados, a natureza das mudanças ocorridas, o estabelecimento de camadas caracterizadas sociolinguística e geograficamente, e por correlacionar os resultados de contato entre línguas ou a adoção de empréstimos linguísticos, os volumes 1 e 2 do referido atlas fornecem elementos para a construção da história da língua portuguesa no Brasil.

Prepara-se o volume 3 que contempla estudos sobre as cartas publicadas no volume 2, apresentado a análise dos dados cartografados. Dois outros volumes encontram-se em fase de andamento, os volumes 4 e 5, voltados ainda, para os materiais coletados nas capitais de estado. Os volumes 6 e 7, já programados, iniciam a abordagem dos resultados obtidos na pesquisa das cidades que integram a rede de pontos no interior dos estados.

Paralelamente, desenvolvem-se o subprojeto que explora os materiais de campo direcionados para a produção de um dicionário regional: o Dicionário Dialetal Brasileiro (Projeto DDB) – “obra de verve coletiva e interinstitucional que envolverá diversos especialistas, quer na área da dialetologia, quer nas áreas da lexicografia e das ciências da informação, do Brasil e da França” (MACHADO FILHO, 2010, p. 67), com vistas ao desenvolvimento de um dicionário que possa assegurar a difusão mais ampla do conhecimento da realidade linguística brasileira, no âmbito dos estudos lexicográficos. Conforme as macro e microestruturas projetadas para o DDB, os registros a serem incorporados ao verbete serão extraídos do *corpus* do Projeto ALiB no intuito de aperfeiçoar os registros geolinguísticos.

O referido subprojeto, idealizado e coordenado por Américo Venâncio Lopes Machado Filho, advém, inicialmente, de um acordo de cooperação entre a Universidade Federal da Bahia e a *Université Paris 13* a partir da participação das equipes do LDI – *Lexiques, Dictionnaires, Informatique*, Laboratório da Université Paris 13 e do ALiB no Programa CAPES/COFECUB. Envolve, assim, uma equipe multidisciplinar e interinstitucional.

4. Análise de dados

Conforme já citado na introdução deste artigo, com vistas à observação da dimensão da inserção de dados geolinguísticos em obras lexicográficas, buscou-se analisar se e como os itens lexicais obtidos em inquéritos do Projeto ALiB são

lematizados e documentados, em quatro dicionários escolares. São dicionários do tipo 4 – aqueles que, por seu porte, formato e objetivos, se aproximam dos que se dirigem ao público geral, embora se destinem, prioritariamente, a alunos do Ensino Médio – aprovados pelo *PNLD-2012: Dicionários* – Bechara (2011), Borba (2011), Aulete (2011) e Houaiss (2011).

A análise feita pelo *PNLD-2012: Dicionários* colocou uma tipologia de dicionários escolares, conforme as quatro etapas do ensino. Os dicionários dos tipos 1 a 3 são destinados ao Ensino Fundamental – i) Tipo 1, ao primeiro ano; ii) Tipo 2, do segundo ao quinto ano; iii) Tipo 3, do sexto ao nono ano. Os dicionários Tipo 4 são destinados a alunos do Ensino Médio. Sua proposta lexicográfica, embora seja similar à de um dicionário padrão, deve incluir demandas da respectiva etapa de ensino e, inclusive, do ensino profissionalizante.

Para este trabalho, buscamos as lexias obtidas em inquéritos do Projeto ALiB realizados em 22 localidades do estado da Bahia – Barra, Caetitê, Carinhanha, Jacobina, Jeremoabo, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Caravelas, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Salvador, Itaberaba, Santa Cruz Cabralia, Santana, Barreiras, Euclides da Cunha, Irecê, Itapetinga, Santo Amaro, Seabra e Valença –, concernentes a sete das 14 áreas conceituais¹ – Atividades agropastoris; Ciclos da vida; Convívio e comportamento social; Jogos e diversões infantis; Habitação; Alimentação e cozinha e Vida urbana – do Questionário Semântico-lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL, 2001).

¹ O Questionário do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, além de um texto para leitura, constitui-se de perguntas onomasiológicas e semasiológicas que contemplam: i) os níveis da língua em três questionários distintos – o Fonético-Fonológico (QFF), o Semântico-Lexical (QSL) e o Morfossintático (QMS) –, além das Questões de Prosódia; ii) as relações pragmático-discursivas; iii) a interação mais espontânea, a partir de temas semidirigidos e; iv) a concepção do falante a respeito da língua. Dentre os questionários que contemplam os níveis da língua, o QSL consta de 202 questões divididas em 14 áreas temáticas – Acidentes geográficos; Fenômenos atmosféricos; Astros e tempo; Atividades agropastoris; Fauna; Corpo humano; Ciclos da vida; Convívio e comportamento social; Religião e crenças; Jogos e diversões infantis; Habitação; Alimentação e cozinha; Vestuário e acessórios e Vida urbana –, com as quais se tem trabalhado.

De cada área conceitual, foram selecionadas as seguintes questões:

Quadro 1 – Questões do QSL ALiB usadas como *corpus* para este trabalho, por área temática.

Área temática	Questões selecionadas / Formulação da pergunta	
Atividades agropastoris	QSL 039	Como se chamam as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e normalmente, deixam cheiro na mão?
Ciclos da vida	QSL 131	Como se chama o filho que nasceu por último?
Convívio e comportamento social	QSL 138	Como se chama a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar?
Jogos e diversões infantis	QSL 157	Como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para brincar?
Habitação	QSL 169	Quando uma janela tem duas partes, como se chama a parte de fora que é formada de tirinhas horizontais que permitem a ventilação e a claridade?
Alimentação e cozinha	QSL 182	Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar?
Vida urbana	QSL 194	Na cidade, o que costuma ter em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela?

Fonte: elaborado pelas autoras.

4.1 Sobre ‘as frutas menores que a laranja que se descascam com a mão’

Como respostas ao QSL 39 “Como se chama as frutas menores que a laranja que se descascam com a mão e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 24), foram documentadas, para além da variante *tangerina*, as variantes *laranja-cravo*, *mexerica* e *pocã*.

Com quase metade do total de respostas obtidas – 80 de 155 – *tangerina* se realiza em todo território baiano. *Mexerica* é a segunda mais produtiva (39 ocorrências). Na sequência, os índices de ocorrências de *laranja-cravo* e *pocã* se equiparam, respectivamente, 11 e 16.

No que tange ao registro dessas variantes nos quatro dicionários analisados, observou-se que *pocã* não está dicionarizada em Bechara (2011) e Borba (2011), como mostra o quadro, a seguir:

Quadro 2 – Dicionarização das variantes usadas para designar “frutas menores que a laranja que se descascam com as mãos, deixando cheiro característico”.

DICIONÁRIOS Variantes	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Laranja-cravo	D	ND	D	D
Mexerica	D	D	D	D
Pocã	D	ND	ND	D
Tangerina	D	D	D	D

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com acepção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

No tocante à variação dialetal, *laranja-cravo* é descrita como ‘regionalismo Brasil’ por Houaiss (2011) e como ‘brasileirismo’ por Aulete (2011), referência dada também a *pocã* que se registra ortograficamente como *poncã*.

Apenas para *mexerica*, Bechara (2011) insere a marca ‘brasileirismo’.

Em Borba (2011), não há referência dialetal para as variantes documentadas.

4.2 Sobre ‘o brinquedo feito de forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho’

Continuando a análise, selecionou-se a questão 157 do QSL: “Como se chama o brinquedo feito de forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho?” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 34).

A partir das respostas obtidas, pode-se destacar *estilingue* como a variante mais produtiva – 64 das 147 realizações.

Das variantes documentadas, apenas *estilingue*, *atiradeira* e *bodoque* são registradas pelos quatro dicionários analisados. Observe-se a dicionarização das variantes documentadas.

Quadro 3 – Dicionarização das variantes usadas para designar “o brinquedo feito de forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho”.

DICIONÁRIOS Variantes	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Atiradeira	D	D	D	D
Badogue	ND	ND	ND	D
Badoque	D	ND	ND	D
Baladeira	D	ND	ND	D
Bodoque	D	D	D	D
Bodoqueira	D	ND	D	ND
Estilingue	D	D	D	D
Peteca	D*	ND	ND	D

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com aceção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ressalta-se que os registros fônicos de *bodoque* – *badoque* e *badogue* – encontram-se dicionarizadas por Houaiss e Aulete.

No tocante à inserção de informação diatópica, das oito variantes, Aulete (2011) apenas caracteriza *estilingue* e *atiradeira* como brasileirismo.

Em Bechara (2011), a única marca que se registra é a de brasileirismo para *atiradeira*. Nenhuma marca se documenta em Borba (2011) para as variantes analisadas.

Em Houaiss (2011), *bodoque*, *estilingue* e *atiradeira* são ‘regionalismos Brasil’. A variante *badogue* é caracterizada como ‘regionalismo’, especificamente, da Bahia. O dicionário insere *peteca* como regionalismo paraense, *baladeira* como regionalismo acreano e pernambucano. Nesse último caso, Aulete (2011) corrobora a informação de Houaiss.

No entanto, ao ser registrado na Bahia – em Barra, Barreiras, Jeremoabo, Juazeiro e Carinhanha – pode-se pressupor que o item lexical tenha se expandido ou que a informação dicionarística é inadequada.

Ainda no tocante à dicionarização, uma discussão também relevante e que se pode fazer aqui, ainda que sucintamente, se refere à definição. Ribeiro (2012, p. 211) considera que *o brinquedo não tem fronteiras, nem territoriais e nem de função ou utilidade: brinquedo ou arma? Como arma, ele invade os espaços e, muitas vezes, rouba a infância e a inocência das crianças.*

Assim, em perspectiva lexicográfica, se em algumas comunidades o brinquedo não é utilizado como brinquedo, mas como arma, ambas as informações deveriam estar presentes na definição do verbete, admitindo os seus usos possíveis, tornando, pois, imprescindível agregar elementos socioculturais à codificação semântica da informação.

Das definições que se registram nos dicionários analisados para as variantes, destacam-se as encontradas em Houaiss (2011) para *estilingue* e *atiradeira*.

A definição de *estilingue* caracteriza como arma. Já a definição de *atiradeira* inclui elementos culturais, ao considerar, por exemplo, a possibilidade de ser usada como arma e também como brinquedo, de arremessar outros elementos para além de pedras, além de considerar possibilidade de alteração no material de que é feito. No entanto, a construção frásica parece confusa arma ou brinquedo infantil, o que torna a definição pouco didática.

Para melhor elucidação, reproduzem-se, a seguir, ambos os verbetes citados:

estilingue

n substantivo masculino

Regionalismo: Brasil.

Arma de arremesso constituída de uma forquilha provida de um par de elásticos presos a uma lingueta de couro, com que se lançam pedras para matar pássaros; atiradeira, bodoque.

atiradeira

n substantivo feminino

Rubrica: ludologia. Regionalismo: Brasil.

arma ou brinquedo infantil para arrojar pedras ou objetos afins, de

dimensões reduzidas, que consiste numa funda de material elástico, ger. borracha, presa às extremidades da bifurcação de uma pequena forquilha de madeira, plástico ou metal.

Fonte: HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

4.3. Sobre ‘o filho que nasceu por último’

Como respostas à questão QSL 131: “Como se chama o filho que nasceu por último?” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 31), constante da área temática *Ciclos da vida* do QSL ALiB, foram registradas nove lexias, das quais apenas a forma canônica *caçula* está dicionarizada nas obras analisadas, sendo caracterizada por Houaiss como ‘regionalismo Brasil’, por Borba (2011) como ‘africanismo’.

Observou-se, ainda, que as formas *derradeiro* e *contrapeso* apenas se registram com outro sentido, ou seja, em termos lexicográficos, dicionarizados com acepção distinta. As demais lexias (*caçulo*, *mais novo*, *ponta de raiz*, *raspa do caco*, *resto de partição* e *resto do tacho*) não estão dicionarizadas. O quadro, a seguir, elucida os resultados supracitados.

Quadro 4 – Dicionarização das variantes usadas para designar “o filho que nasceu por último”.

DICIONÁRIOS Variante	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Caçula	D	D	D	D
Caçulo	ND	ND	ND	D
Contrapeso	*D	ND	*D	*D
Derradeiro	*D	*D	*D	*D
Mais novo	ND	ND	ND	ND
Ponta de raiz	ND	ND	ND	ND
Raspa do caco	ND	ND	ND	ND
Resto de partição	ND	ND	ND	ND
Resto do tacho	ND	ND	ND	ND

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com acepção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ressalta-se, aqui, o fato de que algumas formas, embora estejam dicionarizadas, não o são com a acepção para o referente proposto. É o que ocorre, por exemplo, com *derradeiro* e *contrapeso*, que são dicionarizadas sem a acepção para *caçula*. Essa não dicionarização de uma acepção da variante pode pressupor certo desconhecimento ou desprestígio de dada forma variante e, por conseguinte, da dinâmica da língua, dos seus usos.

4.4. Sobre ‘a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar’

Para a questão 138 do QSL “Como se chama a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar?” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 32), foram documentadas 14 lexias. Destas, apenas *mão de vaca*, *pão duro*, *sovina* e *usurável* encontram-se documentadas nos quatro dicionários analisados. As variantes *mão de figa* e *num dá água a pinto* não se encontram dicionarizadas. Observe-se, mais claramente, o quadro a seguir:

Quadro 5 – Dicionarização das variantes usadas para designar “a pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar”.

DICIONÁRIOS	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
<i>Variantes</i>				
Agarrado	D	D	D*	D
Canguinha	D	ND	ND	D
Casquinha	D	D*	D*	D
Cauíla	D	ND	D	D
Econômico	D*	D*	D*	D*
Mão de figa	ND	ND	ND	ND
Mão de vaca	D	D	D	D
Morrinha	D*	D*	D*	D
Num dá água a pinto	ND	ND	ND	ND
Pão-duro	D	D	D	D
Ridículo	D*	D*	D*	D

Seguro	D	D*	D	D
Sovina	D	D	D	D
Usurável (Usurário)	D	D	D	D

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com aceção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

Das 14 variantes documentadas, apenas quatro possuem marca que, em certa medida, as caracterizam como regionalismo, em Houaiss (2011): *cauíla*, *casquinha*, *mão de vaca* e *pão-duro*. Destas, as três últimas também possuem a marca de uso informal. Outras variantes – *ridículo*, *seguro*, *canguinha* e *usurário* – se caracterizam apenas como de uso informal.

Já em Aulete (2011), *casquinha* e *cauíra* – com alteração ortográfica – são caracterizadas como brasileirismos; *mão de vaca*, *seguro* e *usurário* como de uso popular; *pão-duro* como um brasileirismo popular e; *canguinha* como de uso irônico.

Em Bechara (2011), apenas *mão de vaca* e *pão-duro* possuem marca de uso como brasileirismo popular. Em Borba (2011), não há identificação de cunho regional, apenas marca de uso coloquial para *pão-duro* e *cauíra*.

4.5. Sobre ‘a parte de fora da janela que é formada de tirinhas horizontais que permitem a ventilação e a claridade’

Para a área Habitação, selecionou-se a questão 169 do QSL: “Quando uma janela tem duas partes, como se chama a parte de fora que é formada de tirinhas horizontais que permitem a ventilação e a claridade?” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 35). Foram documentadas oito lexias, das quais apenas a forma canônica *veneziana* se encontra registrada pelos quatro dicionários. Observe-se:

Quadro 6 – Dicionarização das variantes usadas para designar “Janela de lâminas de madeira ou outro material que permitem a passagem de ar e uma relativa claridade”.

DICIONÁRIOS <i>Variantes</i>	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Bandera	ND	ND	ND	ND
Falhinha	ND	ND	ND	ND
Janela Do Vigia	ND	ND	ND	ND
Portinhola	D*	ND	ND	D*
Sanfoninha	ND	ND	ND	ND
Vasculhante	ND	ND	ND	ND
Veneziana	D	D	D	D
Vitrô	D*	ND	D*	D*

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com aceção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

Embora *vitro* e *portinhola* estejam dicionarizadas, respectivamente, como variante de vitral – “vidraça constituída de pedaços de vidro” (HOUAISS, 2011) – e “porta pequena, esp. de trem, carruagem, automóvel etc.; espécie de pequena porta que, cerrada, serve para tapar os canhões ou os lançadores de torpedos; tampo que fecha essa abertura e o portaló” (AULETE, 2011), não há aceção para o conceito da variante *veneziana*.

4.6. Sobre ‘a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar’

Entre café da manhã, pães, geleia, guloseimas, carne moída, curau, canjica e mungunzá, itens que também compõem a área temática Alimentação e cozinha, optou-se pela cachaça, que, nos dados, se revela como a forma mais frequente em resposta à pergunta “Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar?” – formulação da questão 182 do QSL, (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 36). Foram documentadas 31 lexias das quais apenas oito se encontram nos quatro dicionários analisados – *abrideira*, *aguardente*, *birita*, *branquinha*, *caxiri* ou *caxixi*, *gengibirra* também ortograficamente dicionarizada como *jimjibirra*, *pinga* e *uca*.

Das 10 variantes documentadas por Bechara (2011), apenas três – *abrideira*, *caxixi*, *gengibirra* – possuem marca de uso, sendo esta de brasileirismo. Borba (2011), por sua vez, apenas insere marca de uso coloquial para sete – *abrideira*, *azuladinha*, *birita*, *branquinha*, *goro*, *manguaça*, *uca* – das 18 variantes que possuem entrada.

A maioria das variantes, *abrideira*, *azuladinha*, *bagaceira*, *birita*, *branquinha*, *cana*, *canha*, *caxiri*, *fogo*, *incha pé*, *pevide*, *pinga*, *porongo*, *supupara*, *uca*, documentadas por Houaiss (2011) é caracterizada como regionalismo Brasil de uso informal. *Azulzinha*, *cachaça*, *gengibirra* são algumas das variantes caracterizadas apenas como regionalismo.

Quadro 7 – Dicionarização das variantes usadas para designar “bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar”.

DICIONÁRIOS <i>Variantes</i>	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Abaíra	ND	ND	ND	ND
Abrideira	D	D	D	D
Aguardente	D	D	D	D
Aperitivo	D	D*	D*	D*
Azuladinha	D	ND	D	D
Azulzinha	D	ND	ND	D
Bagaceira	D	ND	D	D
Birita	D	D	D	D
Branquinha	D	D	D	D
Bufu-Bufu	ND	ND	ND	ND
Cachaça	D	D	D	D
Cana	D	D*	D	D
Canha	D	ND	D	D
Caninha	D	D	ND	D
Caninha Da Roça	ND	ND	ND	ND
Caxiri / Caxixi	D	D	D	D
Destilada	ND	ND	ND	ND
Fogo	D*	ND	ND	D
Fubua	ND	ND	ND	ND
Gengibirra / Jimjibirra	D	D	D	D
Goró	ND	ND	D	D

Incha Pé	ND	ND	ND	D
Januária	D	ND	D	D
Manguaça	D	ND	D	D
Pevide	D	D*	D	D
Pinga	D	D	D	D
Porongo	D	D*	D	D
Quente	ND	D*	D*	ND
Supupara	D	ND	D	D
Tiortina	ND	ND	ND	ND
Uca	D	D	D	D

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com acepção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

Interessante foi perceber que o dicionário especifica, geograficamente, as variantes *goró* como regionalismo específico do uso informal carioca e mineiro; *januária* como regionalismo mineiro e *manguaça* como paulista. No entanto, essas formas constam no vocabulário baiano.

No verbete *cachaça* do Aulete (2011), insere-se nota de que foram levantadas “centenas de sinônimos para esta acepção do Norte ao Sul do país”. Ao dicionarizar diversos destes, essa obra realiza identificações geográficas: i) *abrideira*, *aguardente*, *caxiri*, *gengibirra*, *manguaça*, *uca* como brasileirismos; ii) *branquinha*, *caninha*, *canha*, *pinga* como brasileirismo de uso popular; iii) *azuladinha* como um brasileirismo popular típico de Alagoas; iv) *januária* como específico de Minas Gerais e da Bahia; v) *pevide* como característico da linguagem popular do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; iv) *porongo* (SE) pop.; vi) *azulzinha* e *supupara* como de uso popular na região Nordeste.

4.7. Sobre ‘o que costuma ter, na cidade, em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela’

A questão 194 do QSL: “Na cidade, o que costuma ter em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela?” (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 37), se revelou interessante para esta análise, haja vista estarem todas dicionarizadas, inversamente ao que ocorre com as variantes do referente *veneziana* que, como fora

visto, tem apenas uma forma dicionarizada. Ressalta-se, porém, que em Bechara (2011), embora dicionarizadas as variantes *sinal* e *sinaleiro* não possuem acepção para o referente analisado, como mostra o quadro, a seguir:

Quadro 8 – Dicionarização das variantes usadas para designar “Instrumento de sinalização de trânsito constituído de lanternas nas cores verde, amarelo e vermelho”.

DICIONÁRIOS <i>Variantes</i>	AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Farol	D	D	D	D
Semáforo	D	D	D	D
Sinal	D	D*	D	D
Sinaleira	D	D	D	D
Sinaleiro	D	D*	D	D

Legenda: D = Dicionarizada ND = Não Dicionarizada *D = Dicionarizada mas com acepção distinta

Fonte: elaborado pelas autoras.

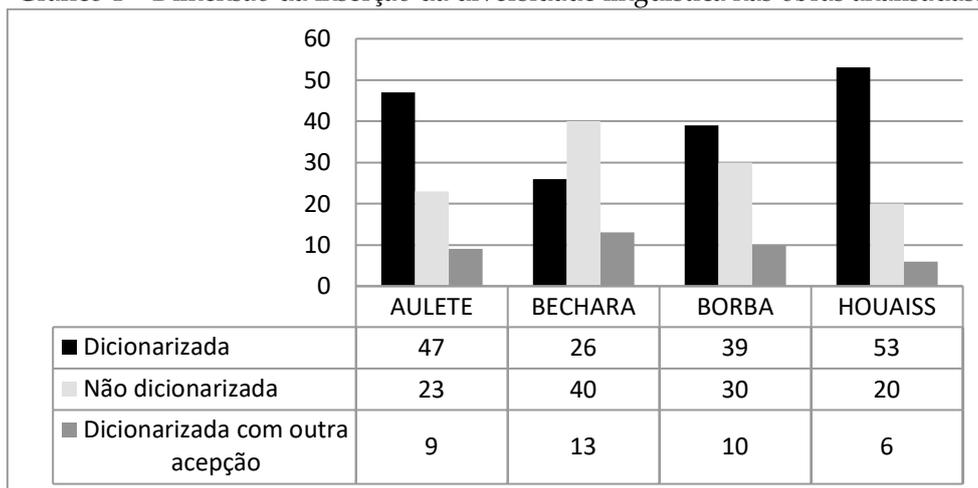
No que tange à identificação diatópica de *farol*, Aulete (2011), Bechara (2011) e Houaiss (2011) consideram o item lexical como característico de São Paulo. No entanto, os dados coletados no estado da Bahia parecem revelar certa inadequação da informação, haja vista a expansão desta variante no espaço nacional.

Sinaleira, por sua vez, tem registro, no Houaiss, como regionalismo do Nordeste brasileiro. Estudos posteriores poderão comprovar a veracidade da informação dicionarística.

Em Borba (2011), não há identificação de cunho regional.

Em síntese, no que tange à dimensão da inserção da diversidade linguística nos dicionários, os dados revelaram que a inserção da variação lexical ainda é frágil e de pouca visibilidade. Observe-se o gráfico, a seguir:

Gráfico 1 – Dimensão da inserção da diversidade linguística nas obras analisadas.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Como se percebe, Bechara (2011) registra o menor número de variantes – apenas 26 das 79 lexias documentadas – tendo índice de não dicionarização maior do que o referente a variantes dicionarizadas. O Aulete (2011) e o Houaiss (2011) se caracterizam como mais completos. E vale ressaltar, ainda, que o Houaiss (2011) apresenta uma série de outras variantes.

Mais especificamente, a dicionarização de cada referente analisado ocorreu da seguinte maneira:

Quadro 9 – Dicionarização das variantes nas obras analisadas.

Conceito	Total de variantes	Variantes registradas nos dicionários			
		AULETE (2011)	BECHARA (2011)	BORBA (2011)	HOUAISS (2011)
Frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão e deixam cheiro	4	4	2	3	4
Brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para brincar	8	6	4	5	7

Filho que nasceu por último	9	1	1	1	2
Pessoa que não gosta de gastar seu dinheiro e, às vezes, até passa dificuldades para não gastar	14	9	5	6	11
Parte de fora da janela que é formada de tirinhas horizontais que permitem a ventilação e a claridade	8	1	1	1	1
Bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar	31	21	10	18	23
Instrumento de sinalização de trânsito constituído de lanternas nas cores verde, amarelo e vermelho	5	5	3	5	5
TOTAL	79	47	26	39	53

Fonte: elaborado pelas autoras.

Pode-se atestar, ainda, que todos os quatro dicionários analisados, embora aleguem registrar regionalismos e estrangeirismos, não explicam, nem especificam esses dados em seus verbetes. Isso demonstra uma lacuna dos dicionários analisados. Seus autores ou responsáveis poderiam ter um cuidado maior com a descrição diatópica presente na obra. Nesse sentido, a contribuição dos atlas linguísticos, por meios da verificação de dados geolinguísticos, se faz importante.

5. Considerações finais

Muito embora se evidencie, atualmente, um certo aprimoramento na produção dos dicionários brasileiros, seja quanto ao método ou quanto à aplicação de tecnologias, a análise dos dados mostrou que as obras sob exame ainda apresentam deficiências estruturais. Além disso, verificou-se que a questão da inserção da

diversidade linguística parece não ter sido trabalhada com o mesmo destaque ou com o mesmo afincamento com que esse tema é tratado na linguística contemporânea do Brasil.

Dentre os resultados, denunciam-se a marcação *regionalismo* sem especificação diatópica, a não-dicionarização de itens que se caracterizam como usos dialetais a exemplo das variantes *mão de figa* e *não dá água a pinto* para *avarento*.

As reflexões apresentadas visaram o emergir da consciência em relação ao caráter multidialetal do português brasileiro, ressaltando a importância do seu reconhecimento como forma de expressão da língua e a urgência de que, no momento do ensino formal, a pluralidade de usos seja observada.

No momento atual, a Dialectologia traz contribuição importante para reflexão sobre o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, com ênfase na variação. Por isso, acredita-se que a utilização de dados geolinguísticos nos dicionários escolares possa contribuir para a diminuição dos estigmas e preconceitos sociolinguísticos. Afinal, a partir do entendimento de língua como um fenômeno heterogêneo de socialização, fomentar-se-ia a compreensão da diversidade linguística do Brasil. Essa diversidade, devidamente apontada nos dicionários escolares, representaria um relevante serviço para uma educação linguística mais qualificada.

Referências bibliográficas

BECHARA, E. **Dicionário da língua portuguesa** Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BORBA, F. S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BRASIL. Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Senado Federal, Subsecretaria de Informações, Brasília, DF, 20 mar. 1952.

CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014a. v. 1.

- CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014b. v. 2.
- COMITÊ NACIONAL. **Atlas Lingüístico do Brasil**. Questionários. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- GEIGER, P. (org.). **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, A. N. Os estudos lexicográficos no Brasil: um percurso histórico. *In*: CARDOSO, S.; MEJRI, S.; MOTA, J. (org.). **Os dicionários: fontes, métodos e novas tecnologias**. Salvador: Vento Leste, 2011. p. 113-144.
- ISQUERDO, A. N. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. *In*: BERLINCK, R. de A.; GUEDES, M.; MURAKAWA, C. de A. A. (org.). **Teoria e análise linguísticas: novas trilhas**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 11-29.
- MIRANDA, F. B. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. **Alfa**, São Paulo, n. 58, p. 215-231, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v58n1/09.pdf> . Acesso em: 28 de fev. de 2018.
- RIBEIRO, S. S. C. **Brinquedos e brincadeiras infantis na área do Falar Baiano**. 2012. 752 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SEABRA, M. C.; WELKER, H. A. Questões teóricas genéricas. *In*: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. **Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos**. São Paulo: Parábola, 2011.
- TEIXEIRA, M. C. A. designação de “lexicografia pedagógica”. **Interfaces**, Guarapuava, n. 6, p. 29-35, dez./2015. Disponível em: http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/3918/2786. Acesso em: 28 de fev. de 2018.

Artigo recebido em: 29.03.2018

Artigo aprovado em: 04.09.2018